




Editorial - Dossiê Escola da Terra

 Alessandro Pimenta¹,  Maciel Cover²,  Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus³

¹ Universidade Federal do Tocantins - UFT. Colegiado do Curso de Educação do Campo, Avenida Juraídes de Sena Abreu, s/n. Setor Buritizinho. Arraias - TO. Brasil. ² Universidade Federal do Rio Grande - FURG. ³ Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: pimenta@mail.uft.edu.br

Desde que os movimentos sociais e a sociedade civil organizada compreenderam que tão importante quanto o acesso à terra, à posse, escrituras e políticas de produção, era necessário pensar em formas de Educação específicas para os povos do campo, das florestas e das águas, este tema se tornou recorrente, então, primaz. Mesmo já encontrados em artigos da LDB aspectos que apontam para uma educação diferenciada para os povos do campo, os termos arcaicos ainda permanecem neste substrato legal, a saber “rural”. Por isso, não somente o urbano se opõe à Educação do Campo, mas a Educação rural, com sua tradição urbanesca e, igualmente, vinculada ao latifúndio.

Se em 2001, encontram-se publicadas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. É importante salientar que o termo “Campo” começa a ter espaço em documentos oficiais e isso avança na materialização em 2006 da chamada SECAD, com uma coordenação específica para Educação do Campo. Tais ganhos nos fiz dos anos 2000, já com a SECAD, cuja última variação de nomenclatura foi SECADI, à época, materializou o Procampo, que ainda permanecia como um programa de formação inicial, mas que contribuiu fundamentalmente para que, em 2012, fosse possível o edital de cursos de Educação do Campo de modo efetivo nas universidades que enviaram projetos e objetiveram aprovação. Não se pode deixar de notar, claro, as experiências do Pronera, em diversas frentes, mas o MEC ganha visibilidade e assume responsabilidades, pois tratar da Educação do Campo na Educação Básica, tendo um lugar é fundamental.

Ora, em 2013, já tendo o decreto que reconhece a Alternância, o que muitos preferem o plural, pois a Educação do Campo é plural e engloba mais de 30 povos ou grupos, encontramos a Portaria que institui o Programa Escola da Terra. Trata-se de um programa,

que vem deste escopo de atividades e de lutas. Se temos professores no Campo, ou em escolas no perímetro urbano que recebem alunos do campo e, assim, são consideradas, a saber, Escolas do Campo, é fundamental uma formação continuada que, diferentemente de outros programas, previamente formatados, este considera a autonomia dos sujeitos que propõem os cursos de aperfeiçoamento. Isso garante que as diferenças em cada estado possam ser consideradas.

Neste dossiê, é verificável esta diversidade do Programa Escola da Terra que se firma, não somente como política de governo, mas como Política de Estado e, também, textos que mostram a Educação do Campo em condições específicas. Como se disse, trata-se de um programa cuja ligação com a historicidade das lutas, permanece, apesar de ‘tempos sombrios’, para utilizar um conceito aredtiano. O dossiê, sua maioria, atesta as diferentes experiências do Programa Escola da Terra. Sistematiza como tais experiências perpassam todas as regiões do Brasil. O primeiro artigo, assinado por Ana Cristina Hammel (UFFS) e por Marcos Gehrke (Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO), evidencia e sistematiza a experiência do Programa Escola da Terra no Paraná. Para os autores a potencialidade do Programa em questão é ser uma referência a professores da Educação Básica do Paraná e desvelar, a partir da análise de conjuntura realizada a importância de uma formação continuada, contextualizada, bem como os retrocessos recentes no Brasil, no que tange à Educação do Campo. Já o segundo artigo, *A epistemologia do Escola da Terra no Distrito Federal: ensaios do Sistema de Complexos nas Escolas do Campo*, de Clarice Aparecida Santos (Universidade de Brasília – UnB), Eliene Novaes Rocha (Universidade de Brasília – UnB) e Maura Luciane Souza (Secretaria de Educação do Distrito Federal) mostra como no Distrito Federal em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), utiliza-se a perspectiva do *Sistema de Complexos*. O artigo enfatiza que elementos do Programa Escola da Terra contribuem para perceber perspectivas de ensino e de aprendizagem nas Escolas do Campo e a superação de desafios.

O terceiro artigo nos remete à experiência mineira, a saber, *Escola da Terra em Minas Gerais: repercussões da formação continuada nas escolas do campo*. Dois destaques merecem, aqui, relevância: o número expressivo de professores que receberam a formação, mais de 2.000. Note-se, igualmente, o acúmulo de experiência entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. O Programa Escola da Terra já se encontra em sua quarta oferta. Tal formação “está fundamentada em princípios da Educação do Campo: considerando como centrais a escola como direito, a

formação em alternância como condição pedagógica e o protagonismo dos sujeitos”. Isso demonstra que princípios da Educação do Campo não podem ser desconsiderados no projeto de formação continuada para professores da Educação Básica. Os objetivos da formação foram alcançados, como mudanças na prática docente e da relação entre os envolvidos na formação e suas respectivas comunidades. O quarto artigo de Elisandra Carneiro de Freitas Cardoso (Universidade Federal de Goiás – UFG), Welson Barbosa Santos (Universidade Federal de Goiás – UFG) e Wender Faleiro (Universidade Federal de Catalão – UFCat) demonstra como a proposta interdisciplinar sobre gênero dentro do Programa Escola da Terra ultrapassa perspectivas biologizantes ou naturalizadas, com uso de tecnologias da informação para a coleta de dados, baseados em Michel Foucault. O texto seguinte contribui para se pensar a situação pandêmica no interior do Amazonas (no município de São Sebastião do Uatumã/AM) e seus desafios, seguindo os princípios contra-hegemônicos da Educação do Campo. Ainda na região Norte, George Leonardo Seabra Coelho e Greyg Lake Oliveira Costa, ambos da UFT, assinam o artigo *Processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio em Porto Nacional-TO*. Nele, demonstram que o conhecimento da historicidade deste assentamento, subsidia novas possibilidades de práticas docentes no assentamento supracitado. O sétimo artigo, ainda privilegiando a região Norte, mais especificamente o Pará, demonstra como esta formação continuada contribuiu para melhores práticas no ensino em Ciências da Natureza. No que tange ao oitavo artigo, recorda-se que a formação do programa é, preferencialmente, voltada a professores da educação básica que lecionam em classes multisseriadas. O artigo se encerra afirmando que, notadamente, há o fortalecimento da cultura e dos sujeitos amazônicos do campo.

No nono artigo, os autores salientam que a contribuição da formação do Programa Escola da Terra no Piauí que se destaca por partir do materialismo histórico-dialético e, com ele, chega-se a uma formação humanizada que contribui para novas práticas de aprendizagem e ensino considerando a formação humana como fundamental. O décimo artigo *Teorias pedagógicas na Educação do Campo: percepções e constatações a partir da análise de projetos político-pedagógicos no contexto da Ação Escola da Terra na UFBA* analisa criticamente os Projetos da Escola da Terra considerando como elemento norteador e fundamental a PHC - Pedagogia Histórico-Crítica. Por fim, os autores concluem que existe um ecletismo teórico no Programa vinculado à Pedagogia do “aprender a aprender”.

O artigo décimo-primeiro artigo, *A importância do Projovem Campo – Saberes da terra no Bico do Papagaio, Tocantins* Márcia Flausino Vieira Alves (Universidade Federal do

Tocantins – UFT) e de Idemar Vizolli (Universidade Federal do Tocantins – UFT), demonstra que no período de 2005 a 2012, o *Projovem Campo* promoveu qualificação profissional e social gerando renda a partir de perspectivas da agricultura familiar e sustentabilidade, por conseguinte, gerando renda e permanência destes jovens em suas comunidades. O artigo seguinte, em diálogo com artigos já citados de experiência do Pará, mas agora com enfoque no processo formativo, na Área de Linguagens no município de São Domingos do Capim coletivizando vivências e práticas pedagógicas, demonstrando que o Programa Escola da Terra otimiza práticas docentes contextualizadas e humanizadas considerando os princípios da Educação do Campo.

O artigo seguinte deixa claro como na experiência do Espírito Santo o princípio formativo é baseado na inclusão, interculturalidade e interdisciplinaridade na Educação do Campo. Destacam-se, neste processo formativo, o Plano de Estudos, a Colocação em Comum, o Caderno da Realidade e Atividades de Retorno, as quais possuem a Alternância Pedagógica como fundamental. Já o décimo-quarto artigo, cujo objeto é a experiência da UFRRJ, salienta a importância da produção coletiva em parceria com cursistas vindos de comunidades rurais e movimentos sociais, com destaque para os tutores e à concepção de reconhecimento. O próximo artigo, *O Programa Escola da Terra na formação continuada de professoras e professoras de escolas do campo e quilombolas: práticas socioculturais como temas geradores no ensino da matemática escolar*, de autoria de Raquel Alves de Carvalho (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD), Kaled Sulaiman Khidir (Universidade Federal do Tocantins – UFT) e Rogério Ribeiro Coelho (Secretaria de Estado de Educação do Tocantins) sistematiza como a experiência do Programa Escola da Terra no Tocantins considera que as formações para professores de escola do campo não pode excluir os professores quilombolas, por isso, neste caso, a formação contextualizada, privilegia a etnomatemática, práticas socioculturais. O Módulo analisado foi Linguagens Matemáticas. Destacam-se o esforço da equipe formadora e dos cursistas em utilizar plataformas *on-line* para materialização das produções finais. O dossiê finaliza com a experiência sergipana com a participação de 160 cursistas. A pesquisa realizada identifica que os cursistas em sua maioria ainda permanecem em uma visão urbanesca ou daquilo que se intitulou escola rural. A partir deste diagnóstico o desafio está lançado.

Portanto, a variedade de localidades e experiências, bem como de teorizações no Programa Escola da Terra mostra que a diversidade é uma característica e que o programa

possui a potencialidade de ser adaptável ao contexto e à realidade a qual se encontra inserido, evitando processos de formações alienantes.

Editores-Convitados
Prof. Dr. Alessandro Pimenta - UFT
Prof. Dr. Maciel Cover - FURG
Prof. Me. Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus - UFNT

Informações do Editorial / Editorial Information

Recebido em: 25/05/2022
Aprovado em: 27/05/2022
Publicado em: 28/05/2022

Received on May 25th, 2022
Accepted on May 27th, 2022
Published on May, 28th, 2022

Conflitos de interesse: Os(as) organizadores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesses referentes a este Editorial.

Conflict of Interest: None reported.

Como citar este Editorial / How to cite this Editorial

APA

Pimenta, A., Cover, M., & Jesus, S. E. O. (2022). Editorial - Dossiê Escola da Terra. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e14606. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14606>

ABNT

PIMENTA, A.; COVER, M.; JESUS, S. E. O. Editorial - Dossiê Escola da Terra. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e14606, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14606>